



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

NOTA SIM-AM Nº: 008/2021 – SIM-AM
SISTEMA: Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal SIM-AM
DESCRIÇÃO: **Padronização das Fontes de Recursos - STN**
VERSÃO: 1.0 publicada em: 09/12/2021
Data_1ª_Publicação: 09/12/2021

1. FUNDAMENTAÇÃO

Trata a presente nota acerca das adaptações iniciais realizadas no Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal - SIM-AM em vista da aprovação, pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN e Secretaria de Orçamento Federal - SOF, **da estrutura padronizada para a classificação por fonte ou destinação de recursos e das regras para sua utilização.**

Cabe destacar de início, em que pese as informações que serão apresentadas nesta nota, que NÃO houve modificação nas tabelas do Layout do SIM-AM para o exercício de 2022.

Dessa forma, a finalidade da elaboração deste documento foi a de estabelecer alguns parâmetros, na intenção de auxiliar as entidades jurisdicionadas no encaminhamento das informações contábeis/orçamentárias para o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi, tendo em vista o novo modelo de fontes de recursos publicado.

1.1. Portaria Conjunta STN/SOF Nº 20, de 23 de fevereiro de 2021

A Portaria Conjunta STN/SOF Nº 20, de 23 de fevereiro de 2021, estabeleceu a obrigatoriedade da padronização das fontes ou destinações de recursos ser observada no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sendo que o art. 1º da portaria traz o seguinte:

Art. 1º Aprovar a estrutura padronizada para a classificação por fonte ou destinação de recursos e as regras para sua utilização, a serem observadas pelos entes da Federação na elaboração do orçamento e na execução contábil e orçamentária.

§ 1º Denomina-se fonte ou destinação de recursos o agrupamento de receitas que possuem as mesmas normas de aplicação na despesa.

§ 2º A estrutura de codificação da classificação por fonte ou destinação de recursos será composta de 3 dígitos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

b§ 3º As fontes ou destinações de recursos a serem utilizadas pela União serão definidas por meio de Portaria específica publicada pela Secretaria de Orçamento Federal, no intervalo de 000 a 499.

§ 4º As fontes ou destinações de recursos a serem utilizadas por Estados, Distrito Federal e Municípios serão definidas por meio de Portaria específica publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional, no intervalo de 500 a 999.

Já o art. 2º da mencionada Portaria, estabeleceu que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em informações complementares à estrutura de codificação da classificação por fonte ou destinação de recursos, devem:

- I- identificar se os recursos disponíveis foram arrecadados no exercício atual ou em exercícios anteriores; e
- II- identificar informações adicionais referentes à execução da receita e/ou despesa orçamentária, nos casos estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Além disso, conforme apresentado a seguir, nota-se que o §2º também do artigo 2º, estabeleceu que a STN definirá o formato de envio das informações contidas nos incisos I e II para fins de encaminhamento de dados para o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi:

§ 1º As informações de que trata o caput não serão objeto de padronização quanto à forma de identificação.

§ 2º A Secretaria do Tesouro Nacional definirá em instrumento próprio o formato de envio dessas informações ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi, ou sistema que vier substituí-lo, para fins de consolidação das contas públicas.

§ 3º Os entes poderão estabelecer detalhamentos adicionais aos códigos padronizados, não sendo necessário o envio desses detalhamentos à STN.

Assim, o que se conclui pela análise dos parágrafos 1º e 2º, é que para as obrigações descritas nos incisos I e II do art. 2º, mesmo não havendo modelo padronizado de utilização obrigatória, para fins de encaminhamento de dados para o SICONFI elas devem seguir o modelo definido pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Por fim, o art. 3º da Portaria Conjunta STN/SOF Nº 20, a seguir descrito, estabeleceu os prazos a serem observados.

Art. 3º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios observarão os prazos a seguir, para atendimento ao disposto nesta Portaria:

I- de forma obrigatória a partir do exercício de 2023, incluindo a elaboração, em 2022, do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO e do Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA, referentes ao exercício de 2023; e



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

II- de forma facultativa na execução orçamentária referente ao exercício de 2022, sendo permitida a utilização do mecanismo de "de-para" para o envio das informações à Secretaria do Tesouro Nacional, observando o formato definido nesta Portaria.

Parágrafo único. Nos exercícios de 2020 e 2021, os entes da Federação deverão observar o disposto na Portaria STN nº 394, de 20 de agosto de 2020, sendo permitida a utilização do mecanismo de "de-para" para envio das informações ao Siconfi.

Quanto ao art. 3º, que em pese exposto que a obrigatoriedade de aplicação da portaria será no ano de 2023, destaca-se que a partir do exercício de 2022, o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi receberá nas Matrizes de Saldo Contábeis - MSC somente a codificação padronizada das fontes ou destinações de recursos.

Portanto, os entes que não adotarem a padronização na execução em 2022, terão de efetuar "de-para" das codificações utilizadas para o padrão definido na MSC.

1.2. Portaria nº 710, de 25 de fevereiro de 2021

A Portaria nº 710, de 25 de fevereiro de 2021 (atualizada pela Portaria nº 925/2021), estabeleceu em seu anexo I, o rol de códigos para fins da classificação por fonte ou destinação de recursos a serem utilizados de forma obrigatória pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 1º Definir a classificação por fonte ou destinação de recursos a ser utilizada por Estados, Distrito Federal e Municípios, de acordo com o § 4º do art. 1º da Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 2021.

§1º A classificação a que se refere o caput constab do Anexo I desta Portaria e **é de observância obrigatória por Estados, Distrito Federal e Municípios**, considerando o disposto no art. 3º da Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 2021. (Sem grifos no original)

A referida Portaria estabeleceu também o anexo II, contendo codificação que deverá ser enviada pelas entidades executoras, pelo menos mediante modelo "De-Para", ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi.

Os §§ 2º e 3º do art. 1º, da Portaria nº 710/2021, trazem as seguintes informações sobre anexo II:

§ 2º O formato de envio das informações a que se refere o § 2º do art. 2º da Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 2021, é definido no Anexo II desta Portaria.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

§ 3º As informações definidas no Anexo II desta Portaria deverão ser enviadas ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi, ou sistema que vier a substituí-lo, por meio da Matriz de Saldos Contábeis - MSC.

Conforme observa-se no texto da Portaria nº 710/2021, o anexo II foi dividido em dois quadros, sendo que no quadro I encontra-se a identificação do exercício em que o recurso foi arrecadado e no quadro II a relação dos Códigos de Acompanhamento da Execução Orçamentária – CO (Marcadores).

1.2.1. Quadro I – Controle do Exercício do Recurso

Sobre o quadro I, para o recebimento das informações no Siconfi, por meio da MSC, foi definido um dígito inserido antes da codificação padronizada da fonte de recurso. Dessa forma, a codificação utilizada na MSC será composta de 4 dígitos, subdividida em 2 níveis de classificação, com a estrutura: X.XXX.

O primeiro nível, com um dígito, identificará o exercício do recurso, conforme definido no Quadro 1, e não comporá a codificação padronizada da classificação por fonte de recursos. O segundo nível, com três dígitos, corresponderá à codificação padronizada para toda a Federação, constante no Anexo I.

QUADRO 1 Identificação do Exercício

Código	Nomenclatura
1	Recursos do Exercício Corrente
2	Recursos de Exercícios Anteriores
9	Recursos Condicionados

Cabe destacar que o dígito 1 - Recursos do Exercício Corrente, será utilizado para marcar as receitas arrecadadas no ano de execução da Lei Orçamentária Anual, bem como as dotações que utilizarão esses recursos no mesmo exercício de execução da lei.

O dígito 2 - Recursos de Exercícios Anteriores, será utilizado principalmente para marcar as dotações que forem criadas durante o exercício, mediante abertura de créditos adicionais que contenham a indicação do superávit financeiro como fonte de recursos, nos termos do art. 43, §1º, I, da Lei nº 4320/1964. O dígito será utilizado também para controlar a execução orçamentária (empenho) dessas dotações abertas.

Todavia, adicionalmente, o dígito 2 poderá ser utilizado na elaboração da Lei Orçamentária Anual.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

Nessa situação, as dotações iniciais marcadas com esse dígito serão contrapartida do valor previsto na natureza de receita 9.9.9.0.00.0.0 - Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores – RPPS. Ou seja, no caso dos RPPS (somente essas entidades) sempre que houver previsão de receita na LOA na natureza 9.9.9.0.00.0.0, deverá ser fixado despesa, em montante equivalente às receitas previstas, com indicação do dígito 2 - Recursos de Exercícios Anteriores tanto para a receita prevista quanto para a despesa fixada.¹

Quanto ao dígito 9 - Recursos Condicionados, a portaria nº 15.073, de 26 de dezembro de 2019, editada pelo Ministério da Economia, traz a seguinte definição:

Art. 1 ...

§ 1º O grupo de fontes de recursos deverá permitir discriminar, na elaboração do Orçamento, os recursos oriundos de propostas de alterações na legislação da receita que estejam em tramitação no Congresso Nacional, bem como identificar, nas alterações orçamentárias, se os recursos pertencem ao exercício corrente ou a exercícios anteriores.

* O dígito 9 objetiva identificar, na elaboração do Orçamento, os recursos oriundos de propostas de alterações na legislação da receita que estejam em tramitação no Congresso Nacional.

A prática da União quanto a esse dígito, que **poderá** ser utilizada também pelos demais Entes da Federação, é marcar na elaboração da LOA as previsões de receitas cuja legislação esteja em tramitação no congresso, fixando as despesas que seriam executadas caso esses recursos fossem arrecadados. Cabe destacar, caso o ente venha a utilizar esse dígito, que além das previsões das receitas, as dotações financiadas com esses recursos condicionados, também devem ser marcadas com o dígito 9 na etapa de elaboração da Lei Orçamentária.

Caso haja de fato a arrecadação dessas receitas, as dotações com dígito 9 seriam anuladas e modificadas para o dígito 1 - Recursos do Exercício Corrente, sendo executadas somente a partir desse procedimento².

1.2.2. Quadro II – Código de Acompanhamento da Execução Orçamentária – CO.

O anexo II da Portaria nº 710/2021, estabeleceu também o quadro II, contendo codificação adicional, com 4 dígitos, denominada de **Código de Acompanhamento da Execução Orçamentária – CO.**

¹ Para mais informações sobre a utilização do dígito 2, vide resposta da pergunta 16, item a, do documento de perguntas e respostas publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, disponível em: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/federacao/fonte-ou-destinacao-de-recursos>

² Para mais informações sobre a utilização do dígito 9 vide resposta da pergunta 16, item b, do documento de perguntas e respostas publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, disponível no mesmo endereço citado na nota anterior.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

Quanto aos Códigos de Acompanhamento da Execução Orçamentária – CO, cabe destacar que eles foram criados para marcar as receitas e despesas na fase de execução (empenho e arrecadação), porém, a partir da publicação pela STN do documento de perguntas e respostas, foi identificado que esses marcadores podem aparecer também nas fases de elaboração e alteração da Lei Orçamentária.

Na fase de elaboração da LOA os marcadores seriam utilizados para identificar as despesas planejadas para atendimento dos mínimos constitucionais em Educação e Saúde (marcadores nº 1001 e 1002), conforme resposta da questão 2.4 – Identificação das despesas com ASPS e MDE na LOA, do documento de perguntas e respostas divulgado pela STN.

Da mesma forma, os marcadores relacionados a previdência devem constar na despesa previdenciária prevista, conforme resposta da questão 11.2 – Utilização dos Códigos de Execução Orçamentária – CO relacionados ao RPPS, do documento de perguntas e respostas.

Já na fase de execução os códigos de marcadores poderiam marcar uma receita arrecadada, para identificar por exemplo que se trata de uma receita de emendas parlamentares, ou também poderiam marcar somente a despesa, como nos casos dos marcadores de educação, saúde, Fundeb e previdência.

Nota-se que a relação de marcadores divulgados pela STN pode ser dividida em 5 blocos, sendo 1 (um) código para marcar despesas com educação, 1 (um) código para marcar despesas com saúde, 1 (um) código para marcar despesas com profissionais do magistério – FUNDEB, 20 (vinte) códigos para marcar as despesas previdenciárias e 2 (dois) códigos para receitas e despesas de emendas parlamentares.

Nesse sentido, a relação de marcadores passível de utilização pelas entidades jurisdicionadas municipais, será apresentada em tabela própria nesta nota SIM-AM, todavia, cabe destacar que alguns marcadores relacionados a previdência foram retirados dessa tabela, em virtude de não serem passíveis de utilização na execução de despesas das entidades municipais.

2. Modificações Iniciais no SIM-AM

Em vista da publicação do novo modelo de fontes de recursos pela STN, o Tribunal de Contas iniciou estudo acerca das modificações necessárias de serem implementadas no Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal - SIM-AM.

Esse estudo encontra-se em fase de desenvolvimento, todavia, tendo em vista que já no ano de 2022 as entidades deverão encaminhar suas informações contábeis/orçamentárias, ao menos com a utilização do mecanismo de "de-para", para o Siconfi, estamos divulgando as seguintes informações para auxiliar nesse envio de dados:

1 - Criada a tabela FontePadraoSTN contendo a relação de fontes padrão apresentada pela Portaria nº 710/2021 (atualizada pela Portaria nº 925/2021).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

Relação de Fontes Padrão - STN
Nome do Arquivo: FontePadraoSTN

dFontePadraoSTN	dsFontePadraoSTN	dsEspecificação	Controle Alterações
500	Recursos não Vinculados de Impostos	Recursos de impostos e transferências de impostos de livre aplicação. Em atendimento ao disposto no inciso X do art. 4º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, para identificação do percentual mínimo aplicado em ASPS, essa fonte de recursos deverá ser associada ao marcador que identifica as despesas que podem ser consideradas para esse limite. A mesma lógica será utilizada para a identificação do percentual mínimo de aplicação em MDE.	Portaria STN nº 710/2021
501	Outros Recursos não Vinculados	Outros recursos não vinculados que não se enquadram na especificação acima.	Portaria STN nº 710/2021
540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	Controle dos recursos recebidos do FUNDEB referente à repartição dentro de cada Estado, com base nos incisos I, II e III do art. 212-A da Constituição Federal. Na fase da despesa, quando for o caso, será necessário associar esta fonte ao marcador do percentual de aplicação no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício para identificar o cumprimento do percentual mínimo de 70% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF.	Portaria STN nº 710/2021
541	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF	Controle dos recursos de complementação da União ao FUNDEB - VAAF, com base na alínea a do inciso V do art. 212-A da Constituição Federal. Na fase da despesa, quando for o caso, será necessário associar esta fonte ao marcador do percentual de aplicação no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício para identificar o cumprimento do percentual mínimo de 70% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF.	Portaria STN nº 710/2021
542	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	Controle dos recursos de complementação da União ao FUNDEB - VAAT, com base na alínea b do inciso V do art. 212-A da Constituição Federal. Na fase da despesa, quando for o caso, será necessário associar esta fonte ao marcador do percentual de aplicação no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício para identificar o cumprimento do percentual mínimo de 70% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF.	Portaria STN nº 710/2021
543	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	Controle dos recursos de complementação da União ao FUNDEB - VAAR, com base na alínea c, inciso V do art. 212-A da Constituição Federal.	Portaria STN nº 710/2021



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

dFontePadraoSTN	dsFontePadraoSTN	dsEspecificação	Controle Alterações
544	Recursos de Precatórios do FUNDEF	Controle dos recursos decorrentes do recebimento de precatórios derivados de ações judiciais associadas à complementação devida pela União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério dos demais entes federados (Precatórios Fundef).	Portaria STN nº 710/2021
550	Transferência do Salário-Educação	Controle dos recursos originários de transferências recebidas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE, relativos aos repasses referentes ao salário-educação.	Portaria STN nº 710/2021
551	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	Controle dos recursos originários de transferências do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE, destinados ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).	Portaria STN nº 710/2021
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Controle dos recursos originários de transferências do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE, destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).	Portaria STN nº 710/2021
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	Controle dos recursos originários de transferências do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE, destinados ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE).	Portaria STN nº 710/2021
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	Controle dos demais recursos originários de transferências do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE.	Portaria STN nº 710/2021
570	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	Controle dos recursos originários de transferências em decorrência da celebração de convênios e instrumentos congêneres com a União, cuja destinação encontra-se vinculada a programas da educação.	Portaria STN nº 710/2021
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	Controle dos recursos originários de transferências em decorrência da celebração de convênios e instrumentos congêneres com os Estados, cuja destinação encontra-se vinculada a programas da educação.	Portaria STN nº 710/2021
572	Transferências de Municípios referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	Controle dos recursos originários de transferências em decorrência da celebração de convênios e instrumentos congêneres com outros municípios, cuja destinação encontra-se vinculada a programas da educação.	Portaria STN nº 710/2021
573	Royalties do Petróleo e Gás Natural Vinculados à Educação	Controle dos recursos vinculados à Educação, originários de transferências recebidas pelo Município, relativos a Royalties e Participação Especial - Art. 2º da Lei nº 12.858/2013.	Portaria STN nº 710/2021
574	Operações de Crédito Vinculadas à Educação	Controle dos recursos originários de operações de crédito, cuja destinação encontra-se vinculada a programas da educação.	Portaria STN nº 710/2021
575	Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	Controle dos recursos originários de transferências de entidades privadas, estrangeiras ou multigovernamentais em virtude de assinatura de convênios e instrumentos congêneres, cuja destinação encontra-se vinculada a programas de educação.	Portaria STN nº 925/2021



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

dFontePadraoSTN	dsFontePadraoSTN	dsEspecificação	Controle Alterações
576	Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação	Controle dos recursos transferidos pelos Estados para programas de educação, que não decorram de celebração de convênios, contratos de repasse e termos de parceria	Portaria STN. nº 925/2021
599	Outros Recursos Vinculados à Educação	Controle dos demais recursos vinculados à Educação, não enquadrados nas especificações anteriores.	Portaria STN nº 710/2021
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	Controle dos recursos originários de transferências do Fundo Nacional de Saúde, referentes ao Sistema Único de Saúde (SUS) e relacionados ao Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.	Portaria STN nº 710/2021
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	Controle dos recursos originários de transferências do Fundo Nacional de Saúde, referentes ao Sistema Único de Saúde (SUS) e relacionados ao Bloco de Estruturação na Rede de Serviços Públicos de Saúde.	Portaria STN nº 710/2021
602	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21CO.	Controle dos recursos originários de transferências do Fundo Nacional de Saúde, referentes ao Sistema Único de Saúde (SUS), relacionados ao Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, e destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21CO do orçamento da União.	Portaria STN nº 710/2021
603	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21CO.	Controle dos recursos originários de transferências do Fundo Nacional de Saúde, referentes ao Sistema Único de Saúde (SUS), relacionados ao Bloco de Estruturação na Rede de Serviços Públicos de Saúde e destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21CO do orçamento da União.	Portaria STN nº 710/2021
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Controle dos recursos originários de transferências do Fundo Estadual de Saúde, referentes ao Sistema Único de Saúde (SUS).	Portaria STN nº 710/2021
622	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes dos Governos Municipais	Controle dos recursos originários de transferências dos Fundos de Saúde de outros municípios, referentes ao Sistema Único de Saúde (SUS).	Portaria STN nº 710/2021
631	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	Controle dos recursos originários de transferências em decorrência da celebração de convênios e instrumentos congêneres com a União, cuja destinação encontra-se vinculada a programas da saúde.	Portaria STN nº 710/2021
632	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	Controle dos recursos originários de transferências em decorrência da celebração de convênios e instrumentos congêneres com os Estados, cuja destinação encontra-se vinculada a programas da saúde.	Portaria STN nº 710/2021



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

dFontePadraoSTN	dsFontePadraoSTN	dsEspecificação	Controle Alterações
633	Transferências de Municípios referentes a Convênios Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	Controle dos recursos originários de transferências em decorrência da celebração de convênios e instrumentos congêneres com outros Municípios, cuja destinação encontra-se vinculada a programas da saúde.	Portaria STN nº 710/2021
634	Operações de Crédito vinculadas à Saúde	Controle dos recursos originários de operações de crédito, cuja destinação encontra-se vinculada a programas da saúde.	Portaria STN nº 710/2021
635	Royalties do Petróleo e Gás Natural vinculados à Saúde	Controle dos recursos vinculados à Saúde, originários de transferências recebidas pelo Município, relativos a Royalties e Participação Especial - Art. 2º da Lei nº 12.858/2013.	Portaria STN nº 710/2021
636	Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	Controle dos recursos originários de transferências de entidades privadas, estrangeiras ou multigovernamentais em virtude de assinatura de convênios e instrumentos congêneres, cuja destinação encontra-se vinculada a programas de saúde.	Portaria STN nº 925/2021
659	Outros Recursos Vinculados à Saúde	Controle dos demais recursos vinculados à Saúde, não enquadrados nas especificações anteriores.	Portaria STN nº 710/2021
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	Controle os recursos originários de transferências do Fundo Nacional de Assistência Social - Lei Federal nº 8.742, 07/12/1993.	Portaria STN nº 710/2021
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	Controle dos recursos originários de transferências dos fundos estaduais de assistência social.	Portaria STN nº 925/2021
665	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	Controle dos recursos originários de transferências em decorrência da celebração de convênios e instrumentos congêneres cuja destinação encontra-se vinculada a programas da assistência social.	Portaria STN nº 710/2021
669	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	Controle dos demais recursos vinculados à Assistência Social, não enquadrados nas especificações anteriores.	Portaria STN nº 710/2021
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	Controle dos recursos originários de transferências federais em decorrência da celebração de convênios e instrumentos congêneres cuja destinação encontra-se vinculada aos seus objetos. Não serão controlados por esta fonte os recursos de convênios vinculados a programas da educação, da saúde e da assistência social.	Portaria STN nº 710/2021
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	Controle dos recursos originários de transferências estaduais em decorrência da celebração de convênios e instrumentos congêneres, cuja destinação encontra-se vinculada aos seus objetos. Não serão controlados por esta fonte os recursos de convênios ou contratos de repasse vinculados a programas da educação, da saúde e da assistência social.	Portaria STN nº 710/2021
702	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Municípios	Controle dos recursos originários de transferências de municípios em decorrência da celebração de convênios e instrumentos congêneres, cuja destinação encontra-se vinculada aos seus objetos. Não serão controlados por esta fonte os recursos de convênios ou contratos de repasse vinculados a programas da educação, da saúde e da assistência social.	Portaria STN nº 710/2021



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

dFontePadraoSTN	dsFontePadraoSTN	dsEspecificação	Controle Alterações
703	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres de outras Entidades	Controle dos recursos originários de transferências de entidades privadas, estrangeiras ou multigovernamentais em virtude de assinatura de convênios e instrumentos congêneres, cuja destinação encontra-se vinculada aos seus objetos. Não serão controlados por esta fonte os recursos de convênios ou contratos de repasse vinculados a programas da educação, da saúde e da assistência social.	Portaria STN nº 710/2021
704	Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	Controle dos recursos transferidos pela União, originários da arrecadação de royalties, que não sejam destinados às áreas da saúde ou educação.	Portaria STN nº 710/2021
705	Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	Controle dos recursos transferidos pelos Estados, originários da arrecadação de royalties, que não sejam destinados às áreas da saúde ou educação.	Portaria STN nº 710/2021
706	Transferência Especial da União	Controle dos recursos transferidos pela União provenientes de emendas individuais impositivas ao orçamento da União, por meio de transferências especiais, nos termos do art. 166-A da Constituição Federal.	Portaria STN nº 710/2021
707	Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	Controle dos recursos provenientes de transferência da União com base no disposto no inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173, de 27 de maio de 2020.	Portaria STN nº 710/2021
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	Controle dos recursos transferidos pela União, referentes à compensação financeira pela exploração de recursos minerais em atendimento às destinações e vedações previstas na legislação.	Portaria STN nº 925/2021
709	Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos	Controle dos recursos transferidos pela União, referentes à compensação financeira de recursos hídricos em atendimento às destinações e vedações previstas na legislação.	Portaria STN nº 925/2021
710	Transferência Especial dos Estados	Controle dos recursos transferidos pelos Estados provenientes de emendas individuais impositivas ao orçamento desses entes, por meio de transferências especiais, nos termos das constituições estaduais que reproduziram o disposto no art. 166-A da Constituição Federal.	Portaria STN nº 925/2021
749	Outras vinculações de transferências	Controle dos recursos de outras transferências vinculadas, não enquadrados nas especificações anteriores.	Portaria STN nº 710/2021
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE	Controle dos recursos recebidos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, decorrentes da distribuição da arrecadação da União com a CIDE - Combustíveis, com base no disposto na Lei nº 10.336/2001.	Portaria STN nº 710/2021
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP	Controle dos recursos da COSIP, nos termos do artigo 149-A da Constituição Federal da República.	Portaria STN nº 710/2021
752	Recursos Vinculados ao Trânsito	Controle dos recursos com a cobrança das multas de trânsito nos termos do art. 320 da Lei nº 9.503/1997 - Código de Trânsito Brasileiro.	Portaria STN nº 710/2021
753	Recursos provenientes de taxas e contribuições	Controle dos recursos de taxas e contribuições vinculadas conforme legislações específicas.	Portaria STN nº 710/2021



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

dFontePadraoSTN	dsFontePadraoSTN	dsEspecificação	Controle Alterações
754	Recursos de Operações de Crédito	Controle dos recursos originários de operações de crédito, exceto as operações cuja aplicação esteja destinada a programas de educação e saúde.	Portaria STN nº 710/2021
755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	Controle dos recursos decorrentes da alienação de bens da Administração Direta, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 101/2000.	Portaria STN nº 710/2021
756	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Indireta	Controle dos recursos decorrentes da alienação de bens da Administração Indireta, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 101/2000.	Portaria STN nº 710/2021
757	Recursos de Depósitos Judiciais - Lides das quais o Ente faz parte	Controle dos recursos de depósitos judiciais apropriados pelo ente de lides das quais o ente faz parte, com base na Lei Complementar nº 151/2015, no art. 101 do ADCT da Constituição Federal.	Portaria STN nº 710/2021
758	Recursos de Depósitos Judiciais- Lides das quais o Ente não faz parte	Controle dos recursos de depósitos judiciais apropriados pelo ente de lides das quais o ente não faz parte, com base no art. 101 do ADCT da Constituição Federal.	Portaria STN nº 710/2021
759	Recursos Vinculados a Fundos	Controle dos recursos vinculados a fundos, com exceção dos fundos relacionados à saúde, à educação, à assistência social e aos regimes de previdência.	Portaria STN nº 710/2021
760	Recursos de Emolumentos e Taxas Judiciais	Controle dos recursos de emolumentos e taxas arrecadadas pelo Poder Judiciário, observando o disposto em legislações específicas.	Portaria STN nº 710/2021
761	Recursos vinculados ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza	Controle dos recursos vinculados ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos arts. 79, 80 e 81 do ADCT e da Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001.	Portaria STN nº 925/2021
799	Outras Vinculações Legais	Controle de outros recursos vinculados por lei, não enquadrados nas especificações anteriores.	Portaria STN nº 710/2021
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	Controle dos recursos vinculados ao fundo em capitalização do RPPS. Esse plano existe tanto nos entes que segregaram quanto nos que não segregaram a massa dos segurados, observando-se o disposto na Portaria MF nº 464/2018. Na fase das despesas, será necessário associar esta fonte ao marcador que identifica a qual Poder ou Órgão se refere a despesa quando ela é executada no PO RPPS.	Portaria STN nº 710/2021
801	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	Controle dos recursos vinculados ao fundo em repartição do RPPS. Esse plano deve existir somente nos entes que segregaram a massa dos segurados, observando-se o disposto na Portaria MF nº 464/2018. Na fase da despesa, será necessário associar esta fonte ao marcador que identifica a qual Poder ou Órgão se refere a despesa quando ela é executada no PO RPPS.	Portaria STN nº 710/2021
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	Controle dos recursos destinados ao custeio das despesas necessárias à organização e ao funcionamento da unidade gestora do RPPS, observando-se o disposto na Portaria MPS nº 402/2008 e na Portaria MF nº 464/2018, ambas alteradas pela Portaria ME nº 19.451/2020.	Portaria STN nº 710/2021



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

dFontePadraoSTN	dsFontePadraoSTN	dsEspecificação	Controle Alterações
803	Recursos Vinculados ao Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM)	Controle dos recursos vinculados ao Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM), com base na Lei nº 6.880/1980 (Estatuto dos Militares), alterada pela Lei nº 13.954/2019.	Portaria STN nº 710/2021
860	Recursos Extraorçamentários Vinculados a Precatórios	Controle dos recursos financeiros junto aos tribunais de justiça vinculados ao pagamento de precatórios.	Portaria STN nº 710/2021
861	Recursos Extraorçamentários Vinculados a Depósitos Judiciais	Controle dos recursos financeiros junto aos tribunais de justiça vinculados aos depósitos judiciais.	Portaria STN nº 710/2021
862	Recursos de Depósitos de Terceiros	Controle dos recursos financeiros decorrentes de depósitos de terceiros.	Portaria STN nº 710/2021
869	Outros Recursos Extraorçamentários	Controle dos demais recursos financeiros extraorçamentários, como, por exemplo, retenções e consignações.	Portarias STN nº 710/2021 Nº 925/2021
880	Recursos Próprios dos Consórcios	Controle dos recursos próprios dos Consórcios Públicos (utilizada pelos consórcios públicos)	Portaria STN nº 710/2021
898	Recursos a Classificar	Classificação temporária enquanto não se identifica a correta vinculação.	Portaria STN nº 710/2021
899	Outros Recursos Vinculados	Controle dos recursos cuja aplicação seja vinculada e não tenha sido enquadrado em outras especificações.	Portaria STN nº 710/2021

2 - Criada a tabela MarcadorSTN contendo a relação dos Códigos de Acompanhamento da Execução Orçamentária – CO (marcadores), conforme apresentado pela Portaria nº 710/2021 (atualizada pela Portaria nº 925/2021).

Nessa tabela foram incluídos somente os marcadores passíveis de utilização pelas entidades municipais. Segue ainda outras considerações a respeito da utilização da tabela de marcadores.

No que se refere aos marcadores vinculados à Educação, Saúde e Fundeb (marcadores nº 1001, 1002 e 1070), entende-se que estes devem ser utilizados para identificar as despesas planejadas (orçamento inicial e alterações) que forem destinadas ao atendimento dos mínimos constitucionais com Educação e Saúde, bem como associadas na execução dessas dotações, quando da realização do empenho.

Da mesma forma, os marcadores relacionados com a previdência devem constar nas despesas previdenciárias previstas e executadas, conforme resposta da questão 11.2 – Utilização dos Códigos de Execução Orçamentária – CO relacionados ao RPPS, do documento de perguntas e respostas.

Por fim, os marcadores relacionados às emendas parlamentares devem ser incluídos nas receitas e despesas executadas na LOA, sempre que a origem do recurso for proveniente de emendas parlamentares.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

Código de Acompanhamento da Execução Orçamentária - CO
Nome do Arquivo: MarcadorSTN

cdMarcadorSTN	dsMarcadorSTN	dsEspecificação	Controle Alterações
1001	Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	Identificação das despesas com MDE consideradas para o cumprimento do limite constitucional. Observa o disposto nos arts. 70 e 71 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Identificação associada à Fonte 500 - Recursos não Vinculados de Impostos para verificação dos limites estabelecidos no artigo 212 da Constituição Federal.	Portaria STN nº 710/2021
1002	Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	Identificação das despesas com ASPS consideradas para o cumprimento do limite constitucional. Observa o disposto nos art. 2º e 3º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012. Identificação associada à Fonte 500 - Recursos não Vinculados de Impostos para verificação do cumprimento dos limites estabelecidos na LC 141/2012 e na Constituição Federal.	Portaria STN nº 710/2021
1070	Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício	Observa o disposto no inciso XI do art. 212-A da Constituição Federal. Identificação associada às Fontes 540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos, 541 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF e 542 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT para verificação da aplicação mínima estabelecida nesse dispositivo.	Portaria STN nº 710/2021
1111	Benefícios Previdenciários - Poder Executivo - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	Identifica a qual Poder ou Órgão se refere a despesa quando ela é executada no Poder ou Órgão - PO RPPS, possibilitando a geração automática dos valores das linhas referentes a "Pessoal Inativo e Pensionista" no quadro da "Despesa Bruta com Pessoal" do Demonstrativo da Despesa com Pessoal, bem como a identificação das despesas com benefícios previdenciários efetuados em cada plano quando há segregação das massas. Será associado às fontes de recursos utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários.	Portaria STN nº 710/2021
1121	Benefícios Previdenciários - Poder Legislativo - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)		Portaria STN nº 710/2021
2111	Benefícios Previdenciários - Poder Executivo - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	Identifica a qual Poder ou Órgão se refere a despesa quando ela é executada no PO RPPS, possibilitando a geração automática dos valores das linhas referentes a "Pessoal Inativo e Pensionista" no quadro da "Despesa Bruta com Pessoal" do Demonstrativo da Despesa com Pessoal, bem como a identificação das despesas com benefícios previdenciários efetuados em cada plano quando há segregação das massas. Será associado às fontes de recursos utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários.	Portaria STN nº 710/2021



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

cdMarcadorSTN	dsMarcadorSTN	dsEspecificação	Controle Alterações
2121	Benefícios Previdenciários - Poder Legislativo- Fundo em Repartição (Plano Financeiro)		Portaria STN nº 710/2021
3110	Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	Transferências decorrentes de emendas parlamentares individuais, na forma previstas no parágrafo 9º do art. 166, da CF/88, acrescido pela Emenda Constitucional nº 86/2015. Esse marcador será associado às fontes de recursos referentes às transferências decorrentes de emendas obrigatórias, na fase da arrecadação da receita, no controle dos ativos e passivos e na fase de execução das despesas custeadas com esses recursos.	Portarias STN nº 710/2021 e Nº 925/2021
3120	Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada	Transferências decorrentes de emendas parlamentares de bancada, na forma prevista no parágrafo 11 do art. 166, da CF/88, acrescido pela Emenda Constitucional nº 100/2019. Esse marcador deverá ser associado às fontes de recursos referentes às transferências decorrentes de emendas obrigatórias, na fase de arrecadação da receita, no controle dos ativos e passivos e na fase de execução das despesas custeadas com esses recursos.	Portarias STN nº 710/2021 e Nº 925/2021

3 – Incluída duas colunas na tabela PlanoPadraoFonte, contendo as informações dos campos cdFontePadraoSTN e dsFontePadraoSTN (advindas da tabela FontePadraoSTN) de modo a correlacionar cada linha da atual tabela de fontes de recursos disponível no SIM-AM (tabela PlanoPadraoFonte), com uma fonte padrão da criada pela STN.

Com a finalidade de adequar a estrutura de fontes contida no SIM-AM, foi realizado ajuste na tabela PlanoPadraoFonte, de modo a incluir nessa tabela duas novas colunas contendo informações dos campos cdFontePadraoSTN e dsFontePadraoSTN (advindas da tabela FontePadraoSTN).

Dessa forma, cada linha da tabela PlanoPadraoFonte do SIM-AM foi correlacionada com uma fonte padrão criada pela STN.³

Nesse sentido, com as alterações promovidas, entende-se que as entidades municipais paranaenses passarão a aderir de forma automática ao novo modelo de fontes promovido pela Secretaria do Tesouro Nacional. Ou seja, quando da realização da execução orçamentária em uma fonte de recursos definida pelo Tribunal

³ Importante informar que **NÃO** houve modificação nas tabelas do Layout do SIM-AM, sendo que as inclusões das duas novas colunas na tabela PlanoPadraoFonte se deram somente com vista a auxiliar as entidades jurisdicionadas no encaminhamento das informações contábeis/orçamentárias para o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

de Contas, automaticamente ocorrerá a execução em uma fonte de recursos criada pela STN, visto que a estrutura do Tribunal e a estrutura da União estarão correlacionadas.

Todavia, em vista dessa modificação ocorrida, a rotina operacional de utilização de algumas fontes deverá ser alterada pelo jurisdicionados. Em vista disso, algumas considerações quanto a essas alterações se fazem necessárias.

As fontes de recursos nº 103, 104, 303 e 000 do SIM-AM foram correlacionadas com a fonte padrão da STN nº 500 - Recursos não Vinculados de Impostos. Ou seja, essas fontes somente deverão receber registros de receitas que estiverem alinhadas com as receitas passíveis de registros na fonte nº 500 da STN.

Para registro das demais arrecadações de recursos de livre destinação que até então eram registradas na fonte nº 000, foi criada a fonte SIM-AM nº 1045 - Outros Recursos não Vinculados, sendo que essa fonte foi correlacionada com a fonte da STN nº 501 - Outros Recursos não Vinculados.

A fonte de recurso nº 094 - Retenções em Caráter Consignatório, foi correlacionada com a fonte STN nº 869 - Outros Recursos Extraorçamentários. Dessa forma, os novos registros a serem realizados na fonte nº 094 devem estar alinhados como os registros possíveis de serem realizados na fonte nº 869 da STN.

Nessa mesma linha, foi criada a fonte de recurso SIM-AM nº 1048 - Recursos de Depósitos de Terceiros, sendo que essa nova fonte foi correlacionada com a fonte de recurso da STN nº 862 - Recursos de Depósitos de Terceiros.

Nesse sentido, o SIM-AM passará a ter disponível duas fontes para registro dos valores Extraorçamentários, sendo elas as fontes nº 094 e 1048. Em vista disso, cada uma dessas fontes deverá ser utilizada de forma alinhada com a fonte padrão da STN a que estiver correlacionada.

A fonte de recurso nº 40 do SIM-AM foi correlacionada com a fonte da STN nº 800 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário). Dessa forma, os novos registros a serem realizados na fonte nº 40 devem estar alinhados como os registros possíveis de serem realizados na fonte nº 800.

Para registro dos recursos vinculados ao RPPS relativos ao Plano Financeiro foi criada a fonte SIM-AM nº 1046 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro), sendo que essa fonte foi correlacionada com a fonte da STN nº 801 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro).

Ou seja, a atual fonte nº 40 do SIM-AM ficará exclusiva para ser utilizada em recursos do Plano Previdenciário e a nova fonte nº 1046 deverá ser utilizada para o Plano Financeiro, atendendo assim as separações realizadas pela STN.

Ainda na área previdenciária, foi modificada a descrição da fonte recurso nº 100 do Tribunal de Contas, de modo que o campo dsfonte passe a conter a seguinte descrição: Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração / Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

Dessa forma, as entidades previdenciárias que utilizavam outra fonte de recurso padrão para controle da Taxa de Administração, deverão passar a utilizar a fonte nº 100, visto que esta fonte foi correlacionada com a fonte nº 802 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração, criada pela STN.

Por fim, foram criadas algumas linhas na tabela PlanoPadraoFonte para fins de controle dos recursos recebidos via Emendas Parlamentares de Bancadas.

Informa-se também que todas as novas linhas criadas na tabela PlanoPadraoFonte estão destacadas na cor verde no final de tabela.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

idPlanoPadraoFonte	cdFontePadrao	cdOrigem	DsOrigem	cdAplicacao	dsAplicacao	cdDesdobramento	dsDesdobramento	cdDetalhamento	dsDetalhamento	dsFonte	cdFontePadraoSTN	dsFontePadraoSTN
2	001	01	Recursos Ordinários / Livres	07	Recursos de Livre Movimentação	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Recursos do Tesouro (Descentralizados)	501	Outros Recursos não Vinculados
3	040	08	Regime Próprio de Previdência	03	Previdência	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Regime Próprio de Previdência Social	800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)
4	068	01	Recursos Ordinários / Livres	99	Outras Áreas	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Fundo Especial da Câmara Municipal	759	Recursos Vinculados a Fundos
5	069	01	Recursos Ordinários / Livres	99	Outras Áreas	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Receitas Intraorçamentárias P869/05STN	501	Outros Recursos não Vinculados
6	075	10	Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	01	Educação	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	869	Outros Recursos Extraorçamentários
7	075	10	Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	02	Saúde	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	869	Outros Recursos Extraorçamentários
8	075	10	Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	99	Outras Áreas	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	869	Outros Recursos Extraorçamentários
9	100	08	Regime Próprio de Previdência	03	Previdência	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração / Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração
10	101	02	Transferências do FUNDEB	01	Educação	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Fundeb 60% / Fundeb mínimo 70% - inciso XI do art. 212-A da CF	540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos
11	102	02	Transferências do FUNDEB	01	Educação	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Fundeb 40% / Fundeb máximo 30% - inciso XI do art. 212-A da CF	540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos
12	103	01	Recursos Ordinários / Livres	01	Educação	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	500	Recursos não Vinculados de Impostos
13	104	01	Recursos Ordinários / Livres	01	Educação	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Demais impostos vinculados à educação básica	500	Recursos não Vinculados de Impostos



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

idPlanoPadraoFonte	cdFontePadrao	cdOrigem	DsOrigem	cdAplicacao	dsAplicacao	cdDesdobramento	dsDesdobramento	cdDetalhamento	dsDetalhamento	dsFonte	cdFontePadraoSTN	dsFontePadraoSTN
14	105	04	Alienação de Bens	01	Educação	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Alienação de Ativos da Educação/Indenização de Sinistros	755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta
15	107	99	Outras Origens	01	Educação	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Salário Educação	550	Transferência do Salário-Educação
16	303	01	Recursos Ordinários / Livres	02	Saúde	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	500	Recursos não Vinculados de Impostos
17	304	04	Alienação de Bens	02	Saúde	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Receitas de alienação de Ativos da Saúde/Indenização de Sinistros	755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta
18	369	09	Transferências de Programas	02	Saúde	05	Transferências de Programas Estaduais	20	Transferências do SUS	Serviços Prestados SUS / Faturamentos AIHs	621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
19	369	09	Transferências de Programas	02	Saúde	06	Transferências de Programas Federais	20	Transferências do SUS	Serviços Prestados SUS / Faturamentos AIHs	600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
20	495	09	Transferências de Programas	02	Saúde	05	Transferências de Programas Estaduais	20	Transferências do SUS	Atenção Básica	621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
21	495	09	Transferências de Programas	02	Saúde	06	Transferências de Programas Federais	20	Transferências do SUS	Atenção Básica	600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
22	496	09	Transferências de Programas	02	Saúde	05	Transferências de Programas Estaduais	20	Transferências do SUS	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

idPlanoPadraoFonte	cdFontePadrao	cdOrigem	DsOrigem	cdAplicacao	dsAplicacao	cdDesdobramento	dsDesdobramento	cdDetalhamento	dsDetalhamento	dsFonte	cdFontePadraoSTN	dsFontePadraoSTN
23	496	09	Transferências de Programas	02	Saúde	06	Transferências de Programas Federais	20	Transferências do SUS	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
24	497	09	Transferências de Programas	02	Saúde	05	Transferências de Programas Estaduais	20	Transferências do SUS	Vigilância em Saúde	621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
25	497	09	Transferências de Programas	02	Saúde	06	Transferências de Programas Federais	20	Transferências do SUS	Vigilância em Saúde	600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
26	498	09	Transferências de Programas	02	Saúde	05	Transferências de Programas Estaduais	20	Transferências do SUS	Assistência Farmacêutica	621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
27	498	09	Transferências de Programas	02	Saúde	06	Transferências de Programas Federais	20	Transferências do SUS	Assistência Farmacêutica	600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
28	499	09	Transferências de Programas	02	Saúde	05	Transferências de Programas Estaduais	20	Transferências do SUS	Gestão do SUS	621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
29	499	09	Transferências de Programas	02	Saúde	06	Transferências de Programas Federais	20	Transferências do SUS	Gestão do SUS	600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

idPlanoPadraoFonte	cdFontePadrao	cdOrigem	DsOrigem	cdAplicacao	dsAplicacao	cdDesdobramento	dsDesdobramento	cdDetalhamento	dsDetalhamento	dsFonte	cdFontePadraoSTN	dsFontePadraoSTN
30	500	09	Transferências de Programas	02	Saúde	05	Transferências de Programas Estaduais	20	Transferências do SUS	Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - Portaria nº 204-GM, de 2007	621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
31	500	09	Transferências de Programas	02	Saúde	06	Transferências de Programas Federais	20	Transferências do SUS	Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - Portaria nº 204-GM, de 2007	601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde
32	501	04	Alienação de Bens	99	Outras Áreas	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Receitas de Alienações de Ativos	755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta
33	502	04	Alienação de Bens	99	Outras Áreas	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Receitas de Alienações de Ativos – COSIP	755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta
34	503	04	Alienação de Bens	04	Direitos da Criança e do Adolescente	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Receitas de Alienações de Ativos - ECA/FMDCA	755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta
35	504	99	Outras Origens	99	Outras Áreas	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais Não Previdenciárias	704	Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural
36	505	99	Outras Origens	99	Outras Áreas	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Royalties Tratado de Itaipu Binacional	709	Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos
37	506	04	Alienação de Bens	99	Outras Áreas	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Receitas de Alienações de Ativos - FUNREBOM	755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta
38	507	99	Outras Origens	99	Outras Áreas	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

idPlanoPadraoFonte	cdFontePadrao	cdOrigem	DsOrigem	cdAplicacao	dsAplicacao	cdDesdobramento	dsDesdobramento	cdDetalhamento	dsDetalhamento	dsFonte	cdFontePadraoSTN	dsFontePadraoSTN
39	508	99	Outras Origens	99	Outras Áreas	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Fundo de Reserva Depósitos Judiciais (Lei 10819/03, art. 3º e Lei Complementar nº 151/2015)	757	Recursos de Depósitos Judiciais - Lides das quais o Ente faz parte
40	509	99	Outras Origens	99	Outras Áreas	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Gerenciamento do Trânsito	752	Recursos Vinculados ao Trânsito
41	510	01	Recursos Ordinários / Livres	07	Recursos de Livre Movimentação	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Taxas - Exercício Poder de Polícia	753	Recursos provenientes de taxas e contribuições
42	511	01	Recursos Ordinários / Livres	07	Recursos de Livre Movimentação	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Taxas - Prestação de Serviços	753	Recursos provenientes de taxas e contribuições
43	512	99	Outras Origens	99	Outras Áreas	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE
44	513	99	Outras Origens	04	Direitos da Criança e do Adolescente	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Penalidades Administrativas Lei n. 8069/90 - Art. 214-ECA/FMDCA	669	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social
45	514	99	Outras Origens	99	Outras Áreas	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Indenizações Recebidas por bens sinistrados de outras áreas	755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta
46	515	99	Outras Origens	99	Outras Áreas	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	FUNREBOM	759	Recursos Vinculados a Fundos
47	516	01	Recursos Ordinários / Livres	07	Recursos de Livre Movimentação	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Precatórios - E.C. 062/2009	799	Outras Vinculações Legais
48	550	08	Regime Próprio de Previdência	03	Previdência	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Receita de Extinção da Entidade Previdenciária	801	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)
49	551	08	Regime Próprio de Previdência	03	Previdência	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Compensação entre Regimes Previdenciários	800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

idPlanoPadraoFonte	cdFontePadrao	cdOrigem	DsOrigem	cdAplicacao	dsAplicacao	cdDesdobramento	dsDesdobramento	cdDetalhamento	dsDetalhamento	dsFonte	cdFontePadraoSTN	dsFontePadraoSTN
50	552	04	Alienação de Bens	99	Outras Áreas	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Alienação de Ativos para amortização dívida/capitalização do RPPS	755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta
51	555	99	Outras Origens	99	Outras Áreas	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	SANEPAR - Compensação Financeira ao MEIO AMBIENTE do Município	799	Outras Vinculações Legais
52	556	99	Outras Origens	99	Outras Áreas	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Transferências Lei 9615/98	749	Outras vinculações de transferências
53	879	09	Transferências de Programas	04	Direitos da Criança e do Adolescente	05	Transferências de Programas Estaduais	04	Transf. Voluntárias de Entidades Gov. Nacionais – ECA/FMDCA	Transf. Voluntárias de Entidades Gov. Nacionais - ECA/FMDCA	661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social
54	879	09	Transferências de Programas	04	Direitos da Criança e do Adolescente	06	Transferências de Programas Federais	04	Transf. Voluntárias de Entidades Gov. Nacionais – ECA/FMDCA	Transf. Voluntárias de Entidades Gov. Nacionais - ECA/FMDCA	660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
55	880	03	Transferências Voluntárias	04	Direitos da Criança e do Adolescente	02	Transferências Voluntárias Privadas	10	Contribuições e Legados de Entidades não Governamentais – ECA/FMDCA	Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA	665	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social
56	900	03	Transferências Voluntárias	06	SUAS	02	Transferências Voluntárias Privadas	11	Fundo do Idoso, inclusive art. 9º IN RFB nº 1131/2011 – Não Governamentais	Fundo do Idoso, inclusive art. 9º IN RFB nº 1131/2011	665	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social
57	900	09	Transferências de Programas	06	SUAS	05	Transferências de Programas Estaduais	05	Fundo do Idoso, inclusive art. 9º IN RFB nº 1131/2011	Fundo do Idoso, inclusive art. 9º IN RFB nº 1131/2011	661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social
58	900	09	Transferências de Programas	06	SUAS	06	Transferências de Programas Federais	05	Fundo do Idoso, inclusive art. 9º IN RFB nº 1131/2011	Fundo do Idoso, inclusive art. 9º IN RFB nº 1131/2011	660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
59	934	09	Transferências de Programas	06	SUAS	05	Transferências de Programas Estaduais	06	Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica (SUAS)	Bloco de financiamento da Proteção Social Básica (SUAS)	661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social
60	934	09	Transferências de Programas	06	SUAS	06	Transferências de Programas Federais	06	Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica (SUAS)	Bloco de financiamento da Proteção Social Básica (SUAS)	660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

idPlanoPadraoFonte	cdFontePadrao	cdOrigem	DsOrigem	cdAplicacao	dsAplicacao	cdDesdobramento	dsDesdobramento	cdDetalhamento	dsDetalhamento	dsFonte	cdFontePadraoSTN	dsFontePadraoSTN
61	935	09	Transferências de Programas	06	SUAS	05	Transferências de Programas Estaduais	07	Bloco de Financiamento da Proteção Sociais Especial (SUAS)	Bloco de financiamento da Proteção Social Especial (SUAS)	661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social
62	935	09	Transferências de Programas	06	SUAS	06	Transferências de Programas Federais	07	Bloco de Financiamento da Proteção Sociais Especial (SUAS)	Bloco de financiamento da Proteção Social Especial (SUAS)	660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
63	936	09	Transferências de Programas	06	SUAS	05	Transferências de Programas Estaduais	08	Componente para Qualificação da Gestão (SUAS)	Componente para Qualificação da Gestão (SUAS)	661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social
64	936	09	Transferências de Programas	06	SUAS	06	Transferências de Programas Federais	08	Componente para Qualificação da Gestão (SUAS)	Componente para Qualificação da Gestão (SUAS)	660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
65	937	09	Transferências de Programas	06	SUAS	05	Transferências de Programas Estaduais	09	Bloco de Investimentos (SUAS)	Bloco de Investimentos (SUAS)	661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social
66	937	09	Transferências de Programas	06	SUAS	06	Transferências de Programas Federais	09	Bloco de Investimentos (SUAS)	Bloco de Investimentos (SUAS)	660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
67	999	01	Recursos Ordinários / Livres	01	Educação	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Reservas de Contingências	599	Outros Recursos Vinculados à Educação
68	999	01	Recursos Ordinários / Livres	02	Saúde	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Reservas de Contingências	659	Outros Recursos Vinculados à Saúde
69	999	01	Recursos Ordinários / Livres	99	Outras Áreas	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Reservas de Contingências	799	Outras Vinculações Legais
70	1000	06	Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	05	Consórcios Intermunicipais – Contrato de Rateio	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Recursos de Contratos de Rateio dos Consórcios Públicos destinados a Pessoal e Encargos Sociais	880	Recursos Próprios dos Consórcios
71	1001	06	Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	05	Consórcios Intermunicipais – Contrato de Rateio	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Recursos de Contratos de Rateio dos Consórcios Públicos destinados a Juros e Encargos da Dívida	880	Recursos Próprios dos Consórcios
72	1002	06	Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	05	Consórcios Intermunicipais –	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Recursos de Contratos de Rateio dos Consórcios	880	Recursos Próprios dos Consórcios



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

idPlanoPadraoFonte	cdFontePadrao	cdOrigem	DsOrigem	cdAplicacao	dsAplicacao	cdDesdobramento	dsDesdobramento	cdDetalhamento	dsDetalhamento	dsFonte	cdFontePadraoSTN	dsFontePadraoSTN
					Contrato de Rateio					Públicos destinados a Outras Despesas Correntes		
73	1003	06	Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	05	Consórcios Intermunicipais – Contrato de Rateio	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Recursos de Contratos de Rateio dos Consórcios Públicos destinados a Investimentos	880	Recursos Próprios dos Consórcios
74	1004	06	Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	05	Consórcios Intermunicipais – Contrato de Rateio	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Recursos de Contratos de Rateio dos Consórcios Públicos destinados a Inversões Financeiras	880	Recursos Próprios dos Consórcios
75	1005	03	Transferências Voluntárias	01	Educação	01	Transferências Voluntárias Públicas	01	Transferências Voluntárias Estaduais	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais	571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação
76	1005	03	Transferências Voluntárias	02	Saúde	01	Transferências Voluntárias Públicas	01	Transferências Voluntárias Estaduais	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais	632	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde
77	1005	03	Transferências Voluntárias	04	Direitos da Criança e do Adolescente	01	Transferências Voluntárias Públicas	01	Transferências Voluntárias Estaduais	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais	665	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social
78	1005	03	Transferências Voluntárias	05	Consórcios Intermunicipais – Contrato de Rateio	01	Transferências Voluntárias Públicas	01	Transferências Voluntárias Estaduais	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais	701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados
79	1005	03	Transferências Voluntárias	99	Outras Áreas	01	Transferências Voluntárias Públicas	01	Transferências Voluntárias Estaduais	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais	701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados
80	1006	03	Transferências Voluntárias	01	Educação	01	Transferências Voluntárias Públicas	02	Transferências Voluntárias Federais	Transferências Voluntárias Públicas Federais	570	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

idPlanoPadraoFonte	cdFontePadrao	cdOrigem	DsOrigem	cdAplicacao	dsAplicacao	cdDesdobramento	dsDesdobramento	cdDetalhamento	dsDetalhamento	dsFonte	cdFontePadraoSTN	dsFontePadraoSTN
81	1006	03	Transferências Voluntárias	02	Saúde	01	Transferências Voluntárias Públicas	02	Transferências Voluntárias Federais	Transferências Voluntárias Públicas Federais	631	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde
82	1006	03	Transferências Voluntárias	04	Direitos da Criança e do Adolescente	01	Transferências Voluntárias Públicas	02	Transferências Voluntárias Federais	Transferências Voluntárias Públicas Federais	665	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social
83	1006	03	Transferências Voluntárias	05	Consórcios Intermunicipais – Contrato de Rateio	01	Transferências Voluntárias Públicas	02	Transferências Voluntárias Federais	Transferências Voluntárias Públicas Federais	700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União
84	1006	03	Transferências Voluntárias	99	Outras Áreas	01	Transferências Voluntárias Públicas	02	Transferências Voluntárias Federais	Transferências Voluntárias Públicas Federais	700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União
85	1007	03	Transferências Voluntárias	01	Educação	01	Transferências Voluntárias Públicas	03	Outras Transferências Voluntárias Públicas	Outras Transferências Voluntárias Públicas	572	Transferências de Municípios referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação
86	1007	03	Transferências Voluntárias	02	Saúde	01	Transferências Voluntárias Públicas	03	Outras Transferências Voluntárias Públicas	Outras Transferências Voluntárias Públicas	633	Transferências de Municípios referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde
87	1007	03	Transferências Voluntárias	04	Direitos da Criança e do Adolescente	01	Transferências Voluntárias Públicas	03	Outras Transferências Voluntárias Públicas	Outras Transferências Voluntárias Públicas	665	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social
88	1007	03	Transferências Voluntárias	05	Consórcios Intermunicipais – Contrato de Rateio	01	Transferências Voluntárias Públicas	03	Outras Transferências Voluntárias Públicas	Outras Transferências Voluntárias Públicas	702	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Municípios



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

idPlanoPadraoFonte	cdFontePadrao	cdOrigem	DsOrigem	cdAplicacao	dsAplicacao	cdDesdobramento	dsDesdobramento	cdDetalhamento	dsDetalhamento	dsFonte	cdFontePadraoSTN	dsFontePadraoSTN
89	1007	03	Transferências Voluntárias	99	Outras Áreas	01	Transferências Voluntárias Públicas	03	Outras Transferências Voluntárias Públicas	Outras Transferências Voluntárias Públicas	702	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Municípios
90	1008	03	Transferências Voluntárias	01	Educação	02	Transferências Voluntárias Privadas	12	Transferências Voluntárias Privadas Internas	Transferências Voluntárias Privadas Internas	575	Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação
91	1008	03	Transferências Voluntárias	02	Saúde	02	Transferências Voluntárias Privadas	12	Transferências Voluntárias Privadas Internas	Transferências Voluntárias Privadas Internas	636	Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde
92	1008	03	Transferências Voluntárias	04	Direitos da Criança e do Adolescente	02	Transferências Voluntárias Privadas	12	Transferências Voluntárias Privadas Internas	Transferências Voluntárias Privadas Internas	665	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social
93	1008	03	Transferências Voluntárias	05	Consórcios Intermunicipais – Contrato de Rateio	02	Transferências Voluntárias Privadas	12	Transferências Voluntárias Privadas Internas	Transferências Voluntárias Privadas Internas	703	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres de outras Entidades
94	1008	03	Transferências Voluntárias	99	Outras Áreas	02	Transferências Voluntárias Privadas	12	Transferências Voluntárias Privadas Internas	Transferências Voluntárias Privadas Internas	703	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres de outras Entidades
95	1009	05	Operações de Crédito	01	Educação	03	Operações de Crédito Internas	15	Operações de Crédito Internas – Contratos	Operações de Crédito Internas - Contratos	574	Operações de Crédito Vinculadas à Educação
96	1009	05	Operações de Crédito	02	Saúde	03	Operações de Crédito Internas	15	Operações de Crédito Internas – Contratos	Operações de Crédito Internas - Contratos	634	Operações de Crédito vinculadas à Saúde
97	1009	05	Operações de Crédito	05	Consórcios Intermunicipais – Contrato de Rateio	03	Operações de Crédito Internas	15	Operações de Crédito Internas – Contratos	Operações de Crédito Internas - Contratos	754	Recursos de Operações de Crédito
98	1009	05	Operações de Crédito	99	Outras Áreas	03	Operações de Crédito Internas	15	Operações de Crédito Internas – Contratos	Operações de Crédito Internas - Contratos	754	Recursos de Operações de Crédito



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

idPlanoPadraoFonte	cdFontePadrao	cdOrigem	DsOrigem	cdAplicacao	dsAplicacao	cdDesdobramento	dsDesdobramento	cdDetalhamento	dsDetalhamento	dsFonte	cdFontePadraoSTN	dsFontePadraoSTN
99	1010	05	Operações de Crédito	01	Educação	04	Operações de Crédito Externas	17	Operações de Crédito Externas- Contratos	Operações de Crédito Externas - Contratos	574	Operações de Crédito Vinculadas à Educação
100	1010	05	Operações de Crédito	02	Saúde	04	Operações de Crédito Externas	17	Operações de Crédito Externas- Contratos	Operações de Crédito Externas - Contratos	634	Operações de Crédito vinculadas à Saúde
101	1010	05	Operações de Crédito	05	Consórcios Intermunicipais – Contrato de Rateio	04	Operações de Crédito Externas	17	Operações de Crédito Externas- Contratos	Operações de Crédito Externas - Contratos	754	Recursos de Operações de Crédito
102	1010	05	Operações de Crédito	99	Outras Áreas	04	Operações de Crédito Externas	17	Operações de Crédito Externas- Contratos	Operações de Crédito Externas - Contratos	754	Recursos de Operações de Crédito
103	1011	09	Transferências de Programas	01	Educação	05	Transferências de Programas Estaduais	18	Transferências de Outros Programas	Transferências de Outros Programas	576	Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação
104	1011	09	Transferências de Programas	02	Saúde	05	Transferências de Programas Estaduais	18	Transferências de Outros Programas	Transferências de Outros Programas	621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
105	1011	09	Transferências de Programas	05	Consórcios Intermunicipais – Contrato de Rateio	05	Transferências de Programas Estaduais	18	Transferências de Outros Programas	Transferências de Outros Programas	749	Outras vinculações de transferências
106	1011	09	Transferências de Programas	99	Outras Áreas	05	Transferências de Programas Estaduais	18	Transferências de Outros Programas	Transferências de Outros Programas	749	Outras vinculações de transferências
107	1011	09	Transferências de Programas	01	Educação	06	Transferências de Programas Federais	18	Transferências de Outros Programas	Transferências de Outros Programas	599	Outros Recursos Vinculados à Educação
108	1011	09	Transferências de Programas	02	Saúde	06	Transferências de Programas Federais	18	Transferências de Outros Programas	Transferências de Outros Programas	659	Outros Recursos Vinculados à Saúde
109	1011	09	Transferências de Programas	04	Direitos da Criança e do Adolescente	06	Transferências de Programas Federais	18	Transferências de Outros Programas	Transferências de Outros Programas	669	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

idPlanoPadraoFonte	cdFontePadrao	cdOrigem	DsOrigem	cdAplicacao	dsAplicacao	cdDesdobramento	dsDesdobramento	cdDetalhamento	dsDetalhamento	dsFonte	cdFontePadraoSTN	dsFontePadraoSTN
110	1011	09	Transferências de Programas	05	Consórcios Intermunicipais – Contrato de Rateio	06	Transferências de Programas Federais	18	Transferências de Outros Programas	Transferências de Outros Programas	749	Outras vinculações de transferências
111	1011	09	Transferências de Programas	99	Outras Áreas	06	Transferências de Programas Federais	18	Transferências de Outros Programas	Transferências de Outros Programas	749	Outras vinculações de transferências
112	1012	03	Transferências Voluntárias	01	Educação	02	Transferências Voluntárias Privadas	13	Transferências Voluntárias Privadas Externas	Transferências Voluntárias Privadas Externas	575	Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação
113	1012	03	Transferências Voluntárias	02	Saúde	02	Transferências Voluntárias Privadas	13	Transferências Voluntárias Privadas Externas	Transferências Voluntárias Privadas Externas	636	Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde
114	1012	03	Transferências Voluntárias	05	Consórcios Intermunicipais – Contrato de Rateio	02	Transferências Voluntárias Privadas	13	Transferências Voluntárias Privadas Externas	Transferências Voluntárias Privadas Externas	703	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres de outras Entidades
115	1012	03	Transferências Voluntárias	99	Outras Áreas	02	Transferências Voluntárias Privadas	13	Transferências Voluntárias Privadas Externas	Transferências Voluntárias Privadas Externas	703	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres de outras Entidades
116	933	09	Transferências de Programas	06	SUAS	06	Transferências de Programas Federais	19	Outros Programas SUAS	IGDSuas Portaria MDS 337/2011 (3% Conselho de Assistência Social)	660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
117	000	01	Recursos Ordinários / Livres	07	Recursos de Livre Movimentação	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Recursos Ordinários (Livres)	500	Recursos não Vinculados de Impostos
118	094	94	Valores Restituíveis	99	Outras Áreas	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Retenções em Caráter Consignatório	869	Outros Recursos Extraorçamentários
119	1013	09	Transferências de Programas	01	Educação	05	Transferências de Programas Estaduais	18	Transferências de Outros Programas	Transferências de Outros Programas	576	Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

idPlanoPadraoFonte	cdFontePadrao	cdOrigem	DsOrigem	cdAplicacao	dsAplicacao	cdDesdobramento	dsDesdobramento	cdDetalhamento	dsDetalhamento	dsFonte	cdFontePadraoSTN	dsFontePadraoSTN
120	1014	11	Programas/Transferências Voluntárias Anteriores a 2013 Reclassificados	01	Educação	07	Programas/Transferências Voluntárias Anteriores a 2013 Reclassificados	21	Programas/Transferências Voluntárias Anteriores a 2013 Reclassificados	Programas/Transferências Voluntárias Anteriores a 2013 Reclassificados	599	Outros Recursos Vinculados à Educação
121	1014	11	Programas/Transferências Voluntárias Anteriores a 2013 Reclassificados	02	Saúde	07	Programas/Transferências Voluntárias Anteriores a 2013 Reclassificados	21	Programas/Transferências Voluntárias Anteriores a 2013 Reclassificados	Programas/Transferências Voluntárias Anteriores a 2013 Reclassificados	659	Outros Recursos Vinculados à Saúde
122	1014	11	Programas/Transferências Voluntárias Anteriores a 2013 Reclassificados	99	Outras Áreas	07	Programas/Transferências Voluntárias Anteriores a 2013 Reclassificados	21	Programas/Transferências Voluntárias Anteriores a 2013 Reclassificados	Programas/Transferências Voluntárias Anteriores a 2013 Reclassificados	749	Outras vinculações de transferências
123	369	09	Transferências de Programas	02	Saúde	07	Programas/Transferências Voluntárias Anteriores a 2013 Reclassificados	20	Transferências do SUS	Serviços Prestados SUS / Faturamentos AIH	659	Outros Recursos Vinculados à Saúde
124	495	09	Transferências de Programas	02	Saúde	07	Programas/Transferências Voluntárias Anteriores a 2013 Reclassificados	20	Transferências do SUS	Atenção Básica	659	Outros Recursos Vinculados à Saúde
125	496	09	Transferências de Programas	02	Saúde	07	Programas/Transferências Voluntárias Anteriores a 2013 Reclassificados	20	Transferências do SUS	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	659	Outros Recursos Vinculados à Saúde
126	497	09	Transferências de Programas	02	Saúde	07	Programas/Transferências Voluntárias Anteriores a 2013 Reclassificados	20	Transferências do SUS	Vigilância em Saúde	659	Outros Recursos Vinculados à Saúde
127	498	09	Transferências de Programas	02	Saúde	07	Programas/Transferências Voluntárias Anteriores a 2013 Reclassificados	20	Transferências do SUS	Assistência Farmacêutica	659	Outros Recursos Vinculados à Saúde
128	499	09	Transferências de Programas	02	Saúde	07	Programas/Transferências Voluntárias Anteriores a 2013 Reclassificados	20	Transferências do SUS	Gestão do SUS	659	Outros Recursos Vinculados à Saúde



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

idPlanoPadraoFonte	cdFontePadrao	cdOrigem	DsOrigem	cdAplicacao	dsAplicacao	cdDesdobramento	dsDesdobramento	cdDetalhamento	dsDetalhamento	dsFonte	cdFontePadraoSTN	dsFontePadraoSTN
129	500	09	Transferências de Programas	02	Saúde	07	Programas/Transferências Voluntárias Anteriores a 2013 Reclassificados	20	Transferências do SUS	Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - Portaria nº 204-GM, de 2007	659	Outros Recursos Vinculados à Saúde
130	879	09	Transferências de Programas	04	Direitos da Criança e do Adolescente	07	Programas/Transferências Voluntárias Anteriores a 2013 Reclassificados	04	Transf. Voluntárias de Entidades Gov. Nacionais - ECA/FMDCA	Transf. Voluntárias de Entidades Gov. Nacionais - ECA/FMDCA	669	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social
131	900	09	Transferências de Programas	06	SUAS	07	Programas/Transferências Voluntárias Anteriores a 2013 Reclassificados	05	Fundo do Idoso, inclusive art. 9º IN RFB nº 1131/2011	Fundo do Idoso, inclusive art. 9º IN RFB nº 1131/2011	669	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social
132	934	09	Transferências de Programas	06	SUAS	07	Programas/Transferências Voluntárias Anteriores a 2013 Reclassificados	06	Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica (SUAS)	Bloco de financiamento da Proteção Social Básica (SUAS)	669	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social
133	935	09	Transferências de Programas	06	SUAS	07	Programas/Transferências Voluntárias Anteriores a 2013 Reclassificados	07	Bloco de Financiamento da Proteção Sociais Especial (SUAS)	Bloco de financiamento da Proteção Social Especial (SUAS)	669	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social
134	936	09	Transferências de Programas	06	SUAS	07	Programas/Transferências Voluntárias Anteriores a 2013 Reclassificados	08	Componente para Qualificação da Gestão (SUAS)	Componente para Qualificação da Gestão (SUAS)	669	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social
135	937	09	Transferências de Programas	06	SUAS	07	Programas/Transferências Voluntárias Anteriores a 2013 Reclassificados	09	Bloco de Investimentos (SUAS)	Bloco de Investimentos (SUAS)	669	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social
136	1009	05	Operações de Crédito	99	Outras Áreas	03	Operações de Crédito Internas	22	Operações de Crédito Anteriores a 2013 Reclassificadas	Operações de Crédito Anteriores a 2013 Reclassificadas	754	Recursos de Operações de Crédito
137	932	09	Transferências de Programas	06	SUAS	06	Transferências de Programas Federais	19	Outros Programas SUAS	IGDMSuas Portaria MDS 754/2010 (3% Conselho de Assistência Social)	660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

idPlanoPadraoFonte	cdFontePadrao	cdOrigem	DsOrigem	cdAplicacao	dsAplicacao	cdDesdobramento	dsDesdobramento	cdDetalhamento	dsDetalhamento	dsFonte	cdFontePadraoSTN	dsFontePadraoSTN
138	938	09	Transferências de Programas	06	SUAS	05	Transferências de Programas Estaduais	23	Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade - Portaria MDS 113/2015	Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade - Portaria MDS 113/2015	661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social
139	938	09	Transferências de Programas	06	SUAS	06	Transferências de Programas Federais	23	Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade - Portaria MDS 113/2015	Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade - Portaria MDS 113/2015	660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
140	939	09	Transferências de Programas	06	SUAS	05	Transferências de Programas Estaduais	24	Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Portaria MDS 113/2015	Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Portaria MDS 113/2015	661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social
141	939	09	Transferências de Programas	06	SUAS	06	Transferências de Programas Federais	24	Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Portaria MDS 113/2015	Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Portaria MDS 113/2015	660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
142	940	09	Transferências de Programas	06	SUAS	05	Transferências de Programas Estaduais	25	Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único - Portaria MDS 113/2015	Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único - Portaria MDS 113/2015	661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social
143	940	09	Transferências de Programas	06	SUAS	06	Transferências de Programas Federais	25	Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único - Portaria MDS 113/2015	Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único - Portaria MDS 113/2015	660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
144	1011	09	Transferências de Programas	04	Direitos da Criança e do Adolescente	05	Transferências de Programas Estaduais	18	Transferências de Outros Programas	Transferências de Outros Programas	661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social
145	002	01	Recursos Ordinários / Livres	07	Recursos de Livre Movimentação	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM	501	Outros Recursos não Vinculados



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

idPlanoPadraoFonte	cdFontePadrao	cdOrigem	DsOrigem	cdAplicacao	dsAplicacao	cdDesdobramento	dsDesdobramento	cdDetalhamento	dsDetalhamento	dsFonte	cdFontePadraoSTN	dsFontePadraoSTN
146	517	99	Outras Origens	01	Educação	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	ROYALTIES/ANP - Produção de Petróleo e Gás Natural	573	Royalties do Petróleo e Gás Natural Vinculados à Educação
147	517	99	Outras Origens	02	Saúde	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	ROYALTIES/ANP - Produção de Petróleo e Gás Natural	635	Royalties do Petróleo e Gás Natural vinculados à Saúde
148	1006	12	Emendas Parlamentares	01	Educação	01	Transferências Voluntárias Públicas	02	Transferências Voluntárias Federais	Transferências Voluntárias Públicas Federais	570	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação
149	1006	12	Emendas Parlamentares	02	Saúde	01	Transferências Voluntárias Públicas	02	Transferências Voluntárias Federais	Transferências Voluntárias Públicas Federais	631	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde
150	1006	12	Emendas Parlamentares	04	Direitos da Criança e do Adolescente	01	Transferências Voluntárias Públicas	02	Transferências Voluntárias Federais	Transferências Voluntárias Públicas Federais	665	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social
151	1006	12	Emendas Parlamentares	05	Consórcios Intermunicipais – Contrato de Rateio	01	Transferências Voluntárias Públicas	02	Transferências Voluntárias Federais	Transferências Voluntárias Públicas Federais	700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União
152	1006	12	Emendas Parlamentares	99	Outras Áreas	01	Transferências Voluntárias Públicas	02	Transferências Voluntárias Federais	Transferências Voluntárias Públicas Federais	700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União
153	494	09	Transferências de Programas	02	Saúde	05	Transferências de Programas Estaduais	20	Transferências do SUS	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
154	494	09	Transferências de Programas	02	Saúde	06	Transferências de Programas Federais	20	Transferências do SUS	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

idPlanoPadraoFonte	cdFontePadrao	cdOrigem	DsOrigem	cdAplicacao	dsAplicacao	cdDesdobramento	dsDesdobramento	cdDetalhamento	dsDetalhamento	dsFonte	cdFontePadraoSTN	dsFontePadraoSTN
												Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
155	518	09	Transferências de Programas	02	Saúde	05	Transferências de Programas Estaduais	20	Transferências do SUS	Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
156	518	09	Transferências de Programas	02	Saúde	06	Transferências de Programas Federais	20	Transferências do SUS	Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde
157	1011	09	Transferências de Programas	06	SUAS	06	Transferências de Programas Federais	19	Outros Programas SUAS	Transferências de Outros Programas	669	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social
158	1011	09	Transferências de Programas	06	SUAS	05	Transferências de Programas Estaduais	19	Outros Programas SUAS	Transferências de Outros Programas	669	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social
159	1006	12	Emendas Parlamentares	06	SUAS	01	Transferências Voluntárias Públicas	02	Transferências Voluntárias Federais	Transferências Voluntárias Públicas Federais	665	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social
160	1011	12	Emendas Parlamentares	01	Educação	06	Transferências de Programas Federais	18	Transferências de Outros Programas	Transferências de Outros Programas	599	Outros Recursos Vinculados à Educação
161	1011	12	Emendas Parlamentares	02	Saúde	06	Transferências de Programas Federais	18	Transferências de Outros Programas	Transferências de Outros Programas	659	Outros Recursos Vinculados à Saúde
162	1011	12	Emendas Parlamentares	04	Direitos da Criança e do Adolescente	06	Transferências de Programas Federais	18	Transferências de Outros Programas	Transferências de Outros Programas	669	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

idPlanoPadraoFonte	cdFontePadrao	cdOrigem	DsOrigem	cdAplicacao	dsAplicacao	cdDesdobramento	dsDesdobramento	cdDetalhamento	dsDetalhamento	dsFonte	cdFontePadraoSTN	dsFontePadraoSTN
163	1011	12	Emendas Parlamentares	05	Consórcios Intermunicipais – Contrato de Rateio	06	Transferências de Programas Federais	18	Transferências de Outros Programas	Transferências de Outros Programas	749	Outras vinculações de transferências
164	1011	12	Emendas Parlamentares	06	SUAS	06	Transferências de Programas Federais	18	Transferências de Outros Programas	Transferências de Outros Programas	669	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social
165	1011	12	Emendas Parlamentares	99	Outras Áreas	06	Transferências de Programas Federais	18	Transferências de Outros Programas	Transferências de Outros Programas	749	Outras vinculações de transferências
166	494	12	Emendas Parlamentares	02	Saúde	06	Transferências de Programas Federais	20	Transferências do SUS	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da CF)	600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
167	495	12	Emendas Parlamentares	02	Saúde	06	Transferências de Programas Federais	20	Transferências do SUS	Atenção Básica – Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da CF)	600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
168	496	12	Emendas Parlamentares	02	Saúde	06	Transferências de Programas Federais	20	Transferências do SUS	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar – Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da CF)	600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
169	497	12	Emendas Parlamentares	02	Saúde	06	Transferências de Programas Federais	20	Transferências do SUS	Vigilância em Saúde – Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da CF)	600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

idPlanoPadraoFonte	cdFontePadrao	cdOrigem	DsOrigem	cdAplicacao	dsAplicacao	cdDesdobramento	dsDesdobramento	cdDetalhamento	dsDetalhamento	dsFonte	cdFontePadraoSTN	dsFontePadraoSTN
170	498	12	Emendas Parlamentares	02	Saúde	06	Transferências de Programas Federais	20	Transferências do SUS	Assistência Farmacêutica – Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da CF)	600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
171	499	12	Emendas Parlamentares	02	Saúde	06	Transferências de Programas Federais	20	Transferências do SUS	Gestão do SUS – Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da CF)	600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
172	500	12	Emendas Parlamentares	02	Saúde	06	Transferências de Programas Federais	20	Transferências do SUS	Investimentos na Rede de Serviços de Saúde – Portaria 204-GM, de 2007 – Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da CF)	601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde
173	518	12	Emendas Parlamentares	02	Saúde	06	Transferências de Programas Federais	20	Transferências do SUS	Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde – Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da CF)	601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde
174	003	13	Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	07	Recursos de Livre Movimentação	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	501	Outros Recursos não Vinculados
175	941	09	Transferências de Programas	06	SUAS	05	Transferências de Programas Estaduais	26	Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social
176	941	09	Transferências de Programas	06	SUAS	06	Transferências de Programas Federais	26	Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

idPlanoPadraoFonte	cdFontePadrao	cdOrigem	DsOrigem	cdAplicacao	dsAplicacao	cdDesdobramento	dsDesdobramento	cdDetalhamento	dsDetalhamento	dsFonte	cdFontePadraoSTN	dsFontePadraoSTN
177	1015	14	Cessão Onerosa – Pré-Sal	99	Outras Áreas	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Cessão Onerosa – Pré-Sal – Lei nº 13.885/2019	799	Outras Vinculações Legais
178	1016	12	Emendas Parlamentares	99	Outras Áreas	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Emendas Individuais Impositivas – transferência especial – (Inciso I do Art. 169-A da E.C. 105/2019)	706	Transferência Especial da União
179	1017	12	Emendas Parlamentares	99	Outras Áreas	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019)	749	Outras vinculações de transferências
180	1018	12	Emendas Parlamentares	99	Outras Áreas	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Emendas Individuais Impositivas – transferência com finalidade definida – (Inciso II do Art. 166-A da E.C. 105/2019)	749	Outras vinculações de transferências
181	1019	09	Transferências de Programas	02	Saúde	06	Transferências de Programas Federais	20	Transferências do SUS	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Coronavírus (COVID-19)	602	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.
182	1020	09	Transferências de Programas	02	Saúde	06	Transferências de Programas Federais	20	Transferências do SUS	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Grupo de Atenção de Média e Alta Complex. Amb.e Hosp- Coronavírus(COVID-19)– Port.395/2020–M.S	602	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.
183	1021	09	Transferências de Programas	06	SUAS	05	Transferências de Programas Estaduais	19	Outros Programas SUAS	FEAS - Fundo Estadual de Assistência Social - Incentivo Benefício Eventual - COVID-19	661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

idPlanoPadraoFonte	cdFontePadrao	cdOrigem	DsOrigem	cdAplicacao	dsAplicacao	cdDesdobramento	dsDesdobramento	cdDetalhamento	dsDetalhamento	dsFonte	cdFontePadraoSTN	dsFontePadraoSTN
184	1022	09	Transferências de Programas	06	SUAS	06	Transferências de Programas Federais	19	Outros Programas SUAS	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS – (COVID-19)	660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
185	1023	99	Outras Origens	02	Saúde	05	Transferências de Programas Estaduais	18	Transferências de Outros Programas	Prestação Pecuniária do Poder Judiciário alocado no Fundo Estadual de Saúde - (COVID-19)	659	Outros Recursos Vinculados à Saúde
186	1024	09	Transferências de Programas	99	Outras Áreas	06	Transferências de Programas Federais	18	Transferências de Outros Programas	Auxílio Financeiro para ações de Saúde Assistência Social para enfrentamento à COVID-19 – L.C nº 173/2020 – Inciso I, art. 5º	707	Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020
187	1025	99	Outras Origens	99	Outras Áreas	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Depósitos Judiciais (E.C. nº 94/2016) – Lides que o ente é parte	757	Recursos de Depósitos Judiciais - Lides das quais o Ente faz parte
188	1026	99	Outras Origens	99	Outras Áreas	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Depósitos Judiciais (E.C. nº 99/2017) – Lides que o ente é parte	757	Recursos de Depósitos Judiciais - Lides das quais o Ente faz parte
189	1027	99	Outras Origens	99	Outras Áreas	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Depósitos Judiciais (E.C. nº 94/2016) – Lides de Terceiros	758	Recursos de Depósitos Judiciais- Lides das quais o Ente não faz parte
190	1028	99	Outras Origens	99	Outras Áreas	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Depósitos Judiciais (E.C. nº 99/2017) – Lides de Terceiros	758	Recursos de Depósitos Judiciais- Lides das quais o Ente não faz parte
191	1029	99	Outras Origens	02	Saúde	01	Transferências Voluntárias Públicas	03	Outras Transferências Voluntárias Públicas	Outras Transferências Voluntárias Públicas - (COVID-19)	659	Outros Recursos Vinculados à Saúde
192	1030	99	Outras Origens	02	Saúde	02	Transferências Voluntárias Privadas	12	Transferências Voluntárias Privadas Internas	Outras Transferências Voluntárias Privadas - (COVID-19)	636	Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde
193	1031	99	Outras Origens	99	Outras Áreas	06	Transferências de Programas Federais	18	Transferências de Outros Programas	Ações Emergenciais destinadas ao Setor Cultural - Lei Federal nº 14.017/2020 - (COVID-19)	749	Outras vinculações de transferências



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

idPlanoPadraoFonte	cdFontePadrao	cdOrigem	DsOrigem	cdAplicacao	dsAplicacao	cdDesdobramento	dsDesdobramento	cdDetalhamento	dsDetalhamento	dsFonte	cdFontePadraoSTN	dsFontePadraoSTN
194	1032	99	Outras Origens	02	Saúde	01	Transferências Voluntárias Públicas	01	Transferências Voluntárias Estaduais	Recursos de Custeio para Oferta de Leitos de Unidade de Terapia Intensiva – Resolução SESA nº 864/2020 - (COVID-19)	632	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde
195	1033	09	Transferências de Programas	02	Saúde	06	Transferências de Programas Federais	20	Transferências do SUS	Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde - (COVID-19) no bojo da ação 21C0	603	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.
196	1034	03	Transferências Voluntárias	02	Saúde	02	Transferências Voluntárias Privadas	02	Transferências Voluntárias Federais	Transferências de Convênios ou de Contratos de Repasse vinculados à Saúde - (COVID-19)	636	Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde
197	1035	99	Outras Origens	01	Educação	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Incentivo Financeiro aos Municípios - (COVID-19) - Escolas Públicas da Rede Básica de ensino - Portaria nº 1857/2020 do Ministério da Saúde.	599	Outros Recursos Vinculados à Educação
198	1019	12	Emendas Parlamentares	02	Saúde	06	Transferências de Programas Federais	20	Transferências do SUS	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Coronavírus (COVID-19) - Emendas Individuais Impositivas – transferência com finalidade definida – (Inciso II do Art. 166-A da E.C. 105/2019)	602	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

idPlanoPadraoFonte	cdFontePadrao	cdOrigem	DsOrigem	cdAplicacao	dsAplicacao	cdDesdobramento	dsDesdobramento	cdDetalhamento	dsDetalhamento	dsFonte	cdFontePadraoSTN	dsFontePadraoSTN
199	1020	12	Emendas Parlamentares	02	Saúde	06	Transferências de Programas Federais	20	Transferências do SUS	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Coronavírus (COVID-19) - Emendas Individuais – (Inciso II do Art. 166-A da E.C. 105/2019)	602	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.
200	1033	12	Emendas Parlamentares	02	Saúde	06	Transferências de Programas Federais	20	Transferências do SUS	Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS - Bloco de Investimento(COVID-19) no bojo da ação 21C0 - Emendas Individuais – (Inciso II do Art. 166-A da E.C. 105/2019)	603	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.
201	1034	12	Emendas Parlamentares	02	Saúde	02	Transferências Voluntárias Privadas	02	Transferências Voluntárias Federais	Transferências de Convênios ou de Contratos de Repasse vinculados à Saúde - (COVID-19) – transferência especial – (Inciso I do Art. 166-A da E.C. 105/2019).	636	Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde
202	1034	12	Emendas Parlamentares	02	Saúde	01	Transferências Voluntárias Públicas	02	Transferências Voluntárias Federais	Transferências de Convênios ou de Contratos de Repasse vinculados à Saúde - (COVID-19) – transferência especial – (Inciso I do Art. 166-A da E.C. 105/2019).	631	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde
203	1034	03	Transferências Voluntárias	02	Saúde	01	Transferências Voluntárias Públicas	02	Transferências Voluntárias Federais	Transferências de Convênios ou de Contratos de Repasse vinculados à Saúde - (COVID-19)	631	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

idPlanoPadraoFonte	cdFontePadrao	cdOrigem	DsOrigem	cdAplicacao	dsAplicacao	cdDesdobramento	dsDesdobramento	cdDetalhamento	dsDetalhamento	dsFonte	cdFontePadraoSTN	dsFontePadraoSTN
204	1036	02	Transferências do FUNDEB	01	Educação	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAF – percentual mínimo de 70% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF	541	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF
205	1037	02	Transferências do FUNDEB	01	Educação	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAF – máximo de 30% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF	541	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF
206	1038	02	Transferências do FUNDEB	01	Educação	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAT, mínimo de 70% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF	542	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT
207	1039	02	Transferências do FUNDEB	01	Educação	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAT, máximo de 30% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF	542	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT
208	1040	02	Transferências do FUNDEB	01	Educação	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAR	543	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR
209	1041	09	Transferências de Programas	01	Educação	06	Transferências de Programas Federais	00	Título a Classificar	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	551	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)
210	1042	09	Transferências de Programas	01	Educação	06	Transferências de Programas Federais	00	Título a Classificar	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

idPlanoPadraoFonte	cdFontePadrao	cdOrigem	DsOrigem	cdAplicacao	dsAplicacao	cdDesdobramento	dsDesdobramento	cdDetalhamento	dsDetalhamento	dsFonte	cdFontePadraoSTN	dsFontePadraoSTN
211	1043	09	Transferências de Programas	01	Educação	06	Transferências de Programas Federais	00	Título a Classificar	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)
212	1044	09	Transferências de Programas	01	Educação	06	Transferências de Programas Federais	00	Título a Classificar	Outras Transferências de Recursos do FNDE	569	Outras Transferências de Recursos do FNDE
213	1045	01	Recursos Ordinários / Livres	07	Recursos de Livre Movimentação	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Outros Recursos não Vinculados	501	Outros Recursos não Vinculados
214	1046	08	Regime Próprio de Previdência	03	Previdência	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	801	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)
215	1047	04	Alienação de Bens	99	Outras Áreas	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Indireta	756	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Indireta
216	1048	94	Valores Restituíveis	99	Outras Áreas	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Recursos de Depósitos de Terceiros	862	Recursos de Depósitos de Terceiros
217	1017	12	Emendas Parlamentares	01	Educação	01	Transferências Voluntárias Públicas	02	Transferências Voluntárias Federais	Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019)	570	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação
218	1017	12	Emendas Parlamentares	06	SUAS	01	Transferências Voluntárias Públicas	02	Transferências Voluntárias Federais	Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019)	665	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social
219	1017	12	Emendas Parlamentares	02	Saúde	01	Transferências Voluntárias Públicas	02	Transferências Voluntárias Federais	Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019)	631	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

idPlanoPadraoFonte	cdFontePadrao	cdOrigem	DsOrigem	cdAplicacao	dsAplicacao	cdDesdobramento	dsDesdobramento	cdDetalhamento	dsDetalhamento	dsFonte	cdFontePadraoSTN	dsFontePadraoSTN
220	1017	12	Emendas Parlamentares	99	Outras Áreas	01	Transferências Voluntárias Públicas	02	Transferências Voluntárias Federais	Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019)	700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União
221	1017	12	Emendas Parlamentares	01	Educação	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019)	599	Outros Recursos Vinculados à Educação
222	1017	12	Emendas Parlamentares	06	SUAS	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019)	669	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social
223	1017	12	Emendas Parlamentares	02	Saúde	00	Detalhamento a Classificar	00	Título a Classificar	Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019)	659	Outros Recursos Vinculados à Saúde



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

3. Considerações finais

Com a publicação da Portaria Conjunta STN/SOF Nº 20/2021 e da Portaria nº 710/2021, a Secretaria do Tesouro Nacional – STN promoveu três grandes modificações nos controles de fontes de recursos até então existentes, sendo eles:

1º – Tornou obrigatório a utilização de uma estrutura padronizada de fonte de recursos, conforme lista de fontes constates no anexo I da Portaria nº 710/2021.

2º – Criou mediante quadro I do anexo II da Portaria nº 710/2021, os dígitos 1, 2 e 9, com a finalidade de controlar o exercício em que o recurso foi arrecadado.

3º – Criou, conforme consta no quadro II do anexo II da Portaria nº 710/2021, uma relação de Códigos de Acompanhamento da Execução Orçamentária – CO (marcadores), com vista a controlar as despesas e receitas realizadas em determinadas áreas.

Dessa forma, a finalidade da elaboração desta nota SIM-AM foi a de divulgar a criação da tabela FontePadraoSTN, bem como informar a respeito da correlação ocorrida entre a atual estrutura de fontes do SIM-AM e as fontes de recursos padronizadas pela STN, objetivando com isso, auxiliar as entidades jurisdicionadas no encaminhamento das informações contábeis/orçamentárias para o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi.

Ou seja, em que pese as informações apresentadas nesta nota, destacamos que NÃO houve modificação nas tabelas do Layout do SIM-AM para o exercício de 2022, conforme layout já publicado no endereço <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/layout-sim-am-2022/335675/area/251>.

Com relação aos códigos de marcadores, além da divulgação da tabela MarcadorSTN e das orientações trazidas nesta nota, torna-se importante informar ainda que os marcadores vinculados à Educação e Saúde (marcadores nº 1001 e 1002), devem ser utilizados somente para marcar as despesas vinculadas com as fontes de recursos que estejam correlacionadas com a fonte STN nº 500 - Recursos não Vinculados de Impostos.

Já o marcador nº 1070 relativo ao FUNDEB, deve ser utilizado somente para marcar as despesas vinculadas à fonte de recurso SIM-AM nº 101 - Fundeb 60% / Fundeb mínimo 70% - inciso XI do art. 212-A da CF.

Quanto aos marcadores relacionados a previdência orienta-se que eles sejam vinculados principalmente com as despesas planejadas e executadas nas fontes STN nº 800, 801 e 802, todavia, caberá a administração da entidade verificar a possibilidade de vincular esses marcadores específicos com outras fontes de recursos.

Ainda, no que se refere aos marcadores relacionados às emendas parlamentares, destaca-se que sua utilização deve ser associada com as fontes do SIM-AM que estiverem cadastradas com o campo cdOrigem = 12 - Emendas Parlamentares.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COORDENADORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

Por fim, quanto a forma de uso dos dígitos 1 - Recursos do Exercício Corrente, 2 - Recursos de Exercícios Anteriores e 9 - Recursos Condicionados em que pese as orientações trazidas nesta nota, destaca-se que nesse primeiro momento, não haverá modificação nos layout do SIM-AM, sendo assim as orientações aqui apresentadas quanto a utilização desses dígitos se deram apenas com vista à auxiliar no encaminhamento dos dados para o Siconfi.

Curitiba-PR, 09 de dezembro de 2021.

Coordenadoria de Sistemas e Informações da Fiscalização - COSIF